

DO SILENCIAMENTO DA TRADIÇÃO ÀS VOZES DA TRANSGRESSÃO: O PARAÍSO ADIADO...

FROM THE SILENCE OF TRADITION TO THE VOICES OF TRANSGRESSION: THE PARADISE POSTPONED...

DEL SILENCIO DE LA TRADICIÓN A LAS VOCES DE LA TRANSGRESIÓN: EL PARAÍSO POSPUESTO...

Edison Luís dos Santos*

Resumo: O imaginário coletivo constrói-se através de práticas discursivas que expressam concepções que os povos têm acerca do seu lugar no universo, reforçando nosso sistema de etiquetas, mais compatível com o passado de “suposições”, ideias preconcebidas, imperativos arbitrários de uma ordem social de dominação. Discute-se a herança das culturas judaica, cristã e grega, na formação do discurso do Ocidente, unilateralmente cimentado sob o ponto de vista patriarcal. Por meio de análise crítica e diálogo interdisciplinar, tangenciamos conceitos fundacionais do judaísmo que mantiveram as mulheres longe do estudo; aspectos da misoginia medieval cristã que nutriu a diferenciação dos sexos em benefício dos homens e a crítica da “democracia ateniense” por reservar lugar subalterno às mulheres nas decisões da vida pública, confinando-as ao gineceu e ao monopólio masculino da língua e produção do conhecimento. Busca romper com o silêncio acadêmico em relação às imagens distorcidas e estereótipos que pesam sobre o feminino. É na linguagem, local de interpretação, diálogo, interrogação, comentário, riso, desobediência sagrada, teimosia persistente, luta e demanda de benção — lugar da metáfora — que a Mulher aguarda ser reconhecida como igual.

Palavras-Chave: Cultura ocidental. Mulheres. Ciência patriarcal. Poder. Androcentrismo.

Abstract: The collective imaginary is constructed through discursive practices that express conceptions that peoples have about their place in the universe, reinforcing our label system, more compatible with the past of “assumptions”, preconceived ideas, arbitrary imperatives of a social order of domination. It discusses the heritage of Jewish, Christian and Greek cultures in the formation of the discourse of the West, unilaterally cemented from the patriarchal point of view. Through critical analysis and interdisciplinary dialogue, we approach foundational concepts of Judaism that kept women away from study; aspects of medieval Christian misogyny that sustained the differentiation of the sexes for the benefit of men and the criticism of “Athenian democracy” for reserving a subordinate place for women

* Pesquisador do IEA-USP desde 2021, Doutor (2018) e Mestre (2013) em Ciência da Informação pela ECA-USP (2013), bacharel em Linguística pela FFLCH-USP (2003) e graduado em Biblioteconomia pelo ECA-USP (2009). Coordenador da Biblioteca Multicultural Obá Biyi.
Email: <edisonlz@alumni.usp.br>.

in the decisions of public life, confining them to the *gineceu* and the male monopoly of language and knowledge production. It seeks to break with academic silence in relation to distorted images and stereotypes that weigh on the feminine. It is in language, place of interpretation, dialogue, interrogation, commentary, laughter, sacred disobedience, persistent webness, struggle and demand for blessing — place of metaphor — that woman awaits to be recognized as equal.

Keywords: Western culture. Women. Patriarchal science. Power. Androcentrism.

Resumen: El imaginario colectivo se construye a través de prácticas discursivas que expresan concepciones que los pueblos tienen sobre su lugar en el universo, reforzando nuestro sistema de etiquetas, más compatible con el pasado de “suposiciones”, ideas preconcebidas, imperativos arbitrarios de un orden social de dominación. Analiza la herencia de las culturas judía, cristiana y griega en la formación del discurso de Occidente, unilateralmente consolidado desde el punto de vista patriarcal. A través del análisis crítico y el diálogo interdisciplinario, abordamos conceptos fundacionales del judaísmo que alejaban a las mujeres del estudio; aspectos de la misoginia cristiana medieval que alimentó la diferenciación de los sexos en beneficio de los hombres y la crítica de la “democracia ateniense” por reservar un lugar subordinado para las mujeres en las decisiones de la vida pública, limitándolas al *gineceu* y al monopolio masculino de la lengua y la producción del conocimiento. Busca romper con el silencio académico en relación con imágenes distorsionadas y estereotipos que pesan sobre lo femenino. Es en el lenguaje, lugar de interpretación, diálogo, interrogatorio, comentario, risa, desobediencia sagrada, webness persistente, lucha y demanda de bendición — lugar de metáfora — que la mujer espera ser reconocida como igualitaria.

Palabras clave: Cultura occidental. Mujeres. Ciencia patriarcal. Poder. Androcentrismo.

Introdução

Ó Mulher! Como és fraca e como és forte!
Como sabes ser doce e desgraçada!
Como sabes fingir quando em teu peito
A tua alma se estorce amargurada!
Quantas morrem saudosas duma imagem
Adorada que amaram doidamente!
Quantas e quantas almas endoidecem
Enquanto a boca ri alegremente!
Quanta paixão e amor às vezes têm
Sem nunca o confessarem a ninguém
Doces almas de dor e sofrimento!
Paixão que faria a felicidade
Dum rei; amor de sonho e de saudade,
Que se esvai e que foge num lamento!
(A mulher, Florbela Espanca)

O imaginário coletivo constrói-se através de práticas discursivas que expressam a visão que os povos têm acerca do destino e do seu lugar no universo. Ao longo de sucessivos processos civilizatórios, essas práticas discursivas desempenham importante papel na formação da sociabilidade cultural de homens e mulheres. Com o tempo e o acúmulo de experiências, reforça-se o sistema de etiquetas, mais compatível com o passado de “suposições” e ideias preconcebidas, sem que os imperativos de uma ordem social arbitrária de relações de dominação sejam questionados. Cada um se conforma porque os outros também obedecem.

A representação do papel subalterno da mulher em diferentes formações socioculturais gerou permanências nas relações simbólicas que se configuram no interior de práticas discursivas falo-narcísicas. Tais relações simbólicas, de acordo com Bourdieu (2007), funcionam como articulações das relações de classe e como tal são instrumentos de poder e dominação: “o campo simbólico reproduz o campo das relações de produções sociais. Os sistemas simbólicos têm a função de ordenação lógica ou de representar coerentemente o mundo e esta função, em uma sociedade de classes, assume um aspecto eminentemente político de legitimação de hierarquias sociais”.

Abordamos comparativamente a herança das culturas judaica, cristã e grega, na formação do discurso do Ocidente, que foi cimentado unilateralmente sob o ponto de vista masculino. Esta matriz androcêntrica foi avessa à participação da mulher na produção do saber, negando-lhe o acesso à prática mais prestigiada de cultura intelectual: o estudo da ciência, privando-a igualmente de expressar voz e desenvolver o apreço pelo ato de conhecer.

Fortemente calcado na devoção ortodoxa (negação da sedução) e obediência servil, tal legado aprisionou as mulheres ao “monopólio masculino da língua e produção do conhecimento”.

O *corpus* constituiu-se basicamente de relatos do Pentateuco extraídos Bíblia Sagrada (versão traduzida por João Ferreira de Almeida; livros de Gênesis e Éxodo); os relatos javistas dos séculos X e IX a.C. revistos por Harold Bloom, além de uma versão transcrita por Haroldo de Campos (*Bre'shith - a cena de origem*, 1995) e a tradução de Jaa Torrano (1991) da peça *Medeia*, obra-prima do teatro trágico. O referencial teórico incluiu teorias contemporâneas sobre a identidade cultural do povo judaico (ASHERI, 1987; FROMM, 1988) e o papel axiológico (social e sexual) subserviente atribuído às mulheres pela herança javista (BOYARIN, 1994; BUCHMANN & SPIEGEL, 1995). A investigação se apoiou em revisão de literatura e análise comparativa dos textos literários e teóricos sob a perspectiva do diálogo interdisciplinar em que são abordados conceitos fundacionais da cultura judaica (*Halakhah* e *Shabat*) que mantiveram as mulheres longe do estudo; da misoginia medieval cristã (BLOCH, 1995; SCLiar, 1994) que alimentou a diferenciação dos sexos em benefício dos homens; por fim, a democracia da cultura grega caracterizada por reservar lugar subalterno às mulheres nas decisões da vida pública, confinadas ao gineceu, contrapondo as condições de privação e servilidade à sabedoria e indignação femininas, imortalizadas na tragédia de Eurípides.

Na cultura judaica, a atribuição do papel social feminino vincula-se ao principal pilar do judaísmo: a celebração do Shabat (dia consagrado ao repouso), cuja memória litúrgica do tempo santificado revigora o sistema de crenças do judaísmo. Sob domínio e inscrição do homem, as narrativas bíblicas de tempos passados preservaram a memória judaica da erosão inexorável do tempo, pois tiveram a intenção de resguardar a imagem divina da criação. Ao mesmo tempo em que a noção de repouso sabático representa transcendência dos limites do tempo histórico, enquanto vivência antecipada do tempo messiânico, também constitui a base da estabilidade da organização social da cultura judaica: o homem, responsável por seu destino, transforma-se em protagonista da história, sua responsabilidade desloca-se do reino da natureza (ou do cosmos) para o plano da história.

No exame da democracia ateniense de participação restrita, os direitos políticos eram exercidos apenas pelos cidadãos (homens). Estrangeiros, mulheres e escravos não possuíam cidadania e estavam proibidos pelas leis atenienses de participar do regime democrático. Essa democracia escravista forneceu as bases econômicas e políticas para o desenvolvimento da cultura clássica, mas é notório o lugar subalterno que ocupavam as mulheres, confinadas ao gineceu (parte da casa [*oikos*] reservada às mulheres). Eurípides ousou transcender a misoginia popular denunciando esta condição atroz da mulher que vivia excluída da vida pública, limitada

aos fazeres domésticos impostos pelo casamento. Medeia era respeitada porque dominava certos saberes, porque era dotada de *Sophé* (palavra usada no século V para designar não só a habilidade do artesão e do poeta, mas a sabedoria adquirida pela experiência e pela reflexão). A um só tempo, uma mulher imbuída de paixão e sabedoria. (BORGES, 2005, p. 672)

No âmbito do legado discursivo androcêntrico, imagens estereotipadas do feminino, centradas no lugar-da-falta (*in absentia*), foram sendo cristalizadas por múltiplas construções parafrásticas e contribuíram para a inscrição axiológica transversa do papel feminino. Somente no século XIX assistimos à emergência dos movimentos sociais e a ação coletiva das mulheres que puderam conhecer a possibilidade de pensar sua condição existencial, não em termos de sexualidade reprodutora e um destino biológico condicionado, mas enfrentando imposições sociais fundadas no direito “natural e legítimo” do mais forte.

Hoje, a mulher tem mais acesso à instrução e à participação dos assuntos da Pólis, conquistas que lhe permitiram reformular sua revolta contra a exclusão, além de compreender as discriminações experimentadas no trabalho, na vida pública, no exercício de sua sexualidade, na reprodução e na família. E, principalmente em áreas estratégicas como ciência, tecnologia. A expectativa é que a superação das desigualdades de gênero dê maior visibilidade ao protagonismo feminino em diferentes áreas do saber científico.

Mulheres na Ciência: o paraíso adiado

Há três pecados que causam a morte da mulher no parto: o descuido com a separação menstrual, com a oferta da massa de pão e com a luz da vela [do Shabat]. (Shabat 2, 6)

Na cultura judaica, coube à mulher a tarefa privilegiada de cuidar do dia consagrado ao repouso divino, ao mesmo tempo em que por séculos a fio lhe foi negado o acesso aos estudos, deleite este conferido somente aos homens (e apenas àqueles que foram devidamente circuncidados). Muito já se escreveu sobre o Shabat,¹ confirmando-lhe posição proeminente na preservação da tradição e da cultura judaica. O Shabat, a santidade familiar e a sexualidade são os preceitos éticos que formam os três pilares do judaísmo.

De acordo com a tradição judaica, o Shabat é o dia santificado, ordenado por Deus como o dia de descanso após a Criação. Segundo A. J. Heschel, “a catedral do judeu é o Shabat” e de

¹ Shabat é uma palavra derivada do hebraico שַׁבָּת, *shabbāt*, “descanso”; *Shabbos* ou *Shabbes* na pronúncia asquenazi é o nome dado ao dia de descanso semanal no judaísmo, sendo observado a partir do pôr-do-sol da sexta-feira até o pôr-do-sol do sábado.

acordo com Milgram, “o deleite do Shabat representa o antegozo da completa ventura que aguarda os homens bons no mundo do porvir” (FUNDAÇÃO FRITZ PINKUSS, 1961, p. 8). Em razão de seu papel de centralidade na fundação do *ethos* judaico, aborda-se aqui este pilar sagrado na perspectiva do infinitivo, pois o *tempo* significado no judaísmo tem primazia sobre o espaço: sua lembrança reforça a natureza do pacto ético firmado entre Deus e o homem, que o faz recordar continuamente o Pai Criador e a própria dádiva da criação.

O Shabat representa o sétimo dia da semana, correspondente ao dia que se seguiu à Criação do Universo, quando então o Eterno descansou (Êxodo 20: 8-12). Conforme já cristalizado pela memória da tradição javista criacionista, subentende-se que se retirando para o repouso, Deus não só deu por acabada a sua obra, justificando-Lhe o descanso como também se eximiu de responsabilidade sobre o destino do homem. Compete ao homem seguir o caminho indicado por Deus (*Halakhah*) — conceito que remete a um sistema de leis e preceitos que rege a vida dos judeus ortodoxos que buscam imitar a imagem do Eterno em sua perfeição. Cabe escolher um caminho que aproxima o homem de Deus ou escolher outro destino para si, pois sua história passa a ser fruto das ações *hic et hunc*; não pode se furtar à tarefa de assumir as responsabilidades correlatas a cada escolha porque nesta luta paradoxal — concebida como resposta humana ao desafio divino — homens e mulheres seriam igualmente criadores de sua própria história.

Contudo, o cuidado e obediência aos preceitos do Shabat foram concedidos à mulher, sob a alegação de que a “graça já lhe pertence” por natureza, privando-a de acesso aos estudos e à ciência. A construção desse papel vinculado à vida doméstica aprisionou o desenvolvimento intelectual de mulheres que se viram limitadas à condição de filhas, esposas e mães. Atividades de cunho espiritual elevado tornaram-se exclusividade masculina.

O Shabat é ponto de partida para compreender o papel axiológico da mulher no judaísmo desde a sua fundação; a essência do judaísmo remete a este pilar messiânico, reversível pela memória em ritual que assegura a sua permanência; daí o papel de centralidade deste “microcosmo do cosmo” na representação do feminino, pois a tarefa de “cuidar” do Shabat foi atribuída, exclusivamente, às mulheres. Qual o preço? Mais próximas do Shabat, porém mais longe dos estudos... para sempre afastadas da ciência.

O paraíso adiado: tempo de lembrar... repousar... esperar

Mais carne, mais vermes; mais propriedades, mais cuidados;
mais mulheres, mais feitiços; mais concubinas, mais impudor; [...]
Mais Torá, mais vida; mais estudo, mais sabedoria;
mais indagação, mais discernimento; mais justiça, mais paz.
(Ética dos Pais - Pirkei Avot, cap. II, 7)

Conforme sugerem os infinitivos do subtítulo, numa projeção temporal cíclica da existência, o Shabat é o ponto de partida para compreender o papel da mulher no judaísmo desde os seus primórdios. A essência do judaísmo, portanto, remete a este pilar messiânico, reversível pela memória em ritual que assegura a sua permanência. Cumpre entender o papel de centralidade deste “microcosmo do cosmo” na representação do feminino, pois, conforme já adiantamos anteriormente, a tarefa de “cuidar” do Shabat foi atribuída, exclusivamente, à mulher, com a condição de que se mantivesse longe dos estudos, tarefa exclusiva dos homens.

Para manter a memória como centro vivo da tradição, o Shabat foi escolhido para lembrar *ad infinitum* o repouso que se seguiu à criação. Essa lembrança reiterada atua como pressuposto da cultura judaica que se perpetua através da história. Representa “O dia” escolhido por Deus para repousar, portanto um dia Santo em relação ao tempo, o mesmo tempo no interior do qual Deus não pode estar inserido, pois “Deus é eterno”, não pertence ao tempo e não se ajusta às noções sombrias do homem.

Em meio à tensão dialética entre a vontade de um Criador onipresente e o livre-arbítrio de sua criação, “o homem é livre para escolher seu caminho e deve aceitar as consequências de sua escolha”. (FROMM, 1987, p. 100) O ato de escolha foi tão determinante na definição do papel axiológico de Eva, modelada *a posteriori* a partir de uma costela de um homem (Gênesis 2: 18-23), quanto na passagem da “queda” (Gênesis 3, 16), seguida de castigo pela desobediência a Deus. Lembrar é um imperativo para não esquecer e cuja intimação da memória atua tanto a serviço de Deus quanto em benefício de quem recorda o passado: “Lembra-te dos dias antigos, considere os anos das gerações passadas” (Deuteronômio 32: 7); representa a necessidade de imitar a Deus, e de reviver ciclicamente o tempo santificado, o dia do Shabat: “Lembra-te de santificar o dia de sábado... porque em seis dias o Eterno fez o céu, a terra, o mar... e repousou no sétimo dia. Por isso abençoou o sábado [Shabat] e o consagrou”. (Êxodo 20: 8-11)

O problema é que tais episódios bíblicos recuperados pela memória, embora vitais na preservação da cultura judaica, conformaram à mulher um estatuto social inferior. Há, pois, dois valores primordiais que parecem ser inerentes à noção do Shabat: “Graças ao Shabat estabeleceu-se solidamente o princípio segundo o qual os homens têm o direito de viverem

livres da escravidão imposta pela ininterrupta labuta e de gozarem no seu sentir e pensar a liberdade necessária para que ambos possam desabrochar e refletir a sua origem divina". (FROMM, 1987, p. 7)

Nesse dia santificado, não é permitido qualquer intervenção do homem no universo material ou espiritual; não se pode fazer nada com o propósito de intervir na natureza, porque esta interferência simboliza o inverso da noção sabática de repouso na qual a paz e o equilíbrio devem ser mantidos. Segundo Fromm, "o homem deve deixar a natureza intocada, não modificá-la de forma alguma, seja construindo ou destruindo qualquer coisa. Mesmo a menor modificação feita pelo homem no processo natural é uma violação do repouso". (FROMM, 1987, p. 157) O Shabat é o *tempo* e o *templo* santificados para o homem.

Na história do povo judeu, a mesma lei que parece aprisionar é a lei que liberta. A manutenção da reverência e respeito ao preceito sabático, condicionando o *modus vivendi* de seus seguidores, garantiu a perpetuação não só do preceito, mas do próprio povo que buscou por meio dele conquistar a liberdade plena. Longe de representar escravidão e submissão, o Shabat é a razão de existir e, mais, existir na plenitude da liberdade. Conforme defendeu Erich Fromm, o Shabat foi incluído com destaque entre os Dez Mandamentos porque "expressa a ideia central do judaísmo: a ideia de liberdade, de completa harmonia entre homem e natureza e entre homem e homem; a ideia da antecipação do tempo messiânico e da derrota, pelo homem, do tempo, da tristeza e da morte". (FROMM, 1987, p. 155)

O Shabat possui valor essencial na cultura judaica e é um dos valores responsáveis por garantir a sobrevivência e a identidade do povo judeu no curso de sua própria história, e através da História. Nessa mesma linha de pensamento, Asheri argumenta que "o Shabat é um dos maiores presentes que Deus concedeu aos judeus, e os historiadores do povo judeu repetidamente afirmaram que 'tanto quanto Israel manteve o Shabat, o Shabat manteve Israel'. O Shabat, sem dúvida, constitui uma das forças mais poderosas na preservação dos judeus como um povo, durante séculos de exílio e perseguição". (ASHERI, 1987, p. 134-35)

De posse do livre-arbítrio, os homens tomaram para si a tarefa de governar o mundo, criando aparato simbólico sustentado por atribuição de *papéis culturais* (somente à mulher foi concedido o direito de cuidar do Shabat); *papéis sociais* (no casamento, a função da mulher é servir ao homem e cuidar da casa) e *papéis sexuais* (a mulher foi feita para aliviar a solidão do homem, "para com ele se deitar, e reproduzir"). Uma das modalidades dessa ideologia androcêntrica, presente em diversas culturas e elaborada unicamente sob o crivo masculino, é a representação da inferioridade feminina por meio de "arranjos sócio-estruturais que excluem

a mulher da participação, ou mesmo do contato, com o domínio em que se acredita estarem depositados os poderes da sociedade.” (ORTNER, 1974. *Apud* BOYARIN, 1994, p. 117-18)

As mulheres judias gozam do privilégio nas obrigações sabáticas, mas são terminantemente proibidas de estudar a *Torah* — escrituras religiosas judaicas que contém a lei oral, a doutrina, a moral e as tradições dos judeus (também conhecido como Pentateuco ou Lei mosaica).²

Anátema do Éden: misoginia medieval e o ‘fogo’ da carne

No período da “revolução metalúrgica”, no seio da qual se desenvolveu a civilização helênica (século V ao século I a.C.) e a românica (século I ao século IV a.C.), beneficiárias da tecnológica do ferro, invenção da escrita fonética, moeda cunhada, a formação sociocultural dos impérios mercantis escravistas evoluiu a partir do desenvolvimento dos estados rurais artesanais de modelo privatista. (RIBEIRO, 1968, p. 108) Assim, a riqueza de alguns homens livres, tornados empreendedores pelas façanhas individuais, era garantida à custa da escravidão da grande maioria da população, principalmente as mulheres.

As negociações culturais entre o helenismo judaico (Fílon), caracterizada pela profunda repulsa da carne, o medo da sexualidade e da mulher, e o judaísmo rabínico que estimava a carne, a mulher e a sexualidade, desde que sob controle, resultou na misoginia vulgar cristã do período medieval. Ora, indissociavelmente atrelada à construção de identidades culturais que se forjam ao longo da história, a memória de um povo é relevante porque as decisões do presente são tomadas com base no modo como homens e mulheres entendem, pensam e/ou representam o passado. Nesse sentido, a Bíblia não é apenas um sistema de normas e preceitos que devem ser obedecidos pelos mortais, mas também um registro de acontecimentos da História. Entretanto, conforme demonstramos neste estudo, algumas imagens primordiais difundidas no Velho Testamento (sobreviventes ainda hoje na memória coletiva da civilização) não permitem vislumbrar as vozes femininas como partícipes e sujeitos da história. O propósito ideológico foi o de mantê-las afastadas do poder, conferindo-lhes papéis — submissos ou secundários — que estivessem sob o rígido controle do discurso dominante.

² *Talmude* [heb. *Talmúd* 'estudo, ensino, doutrina', der. da raiz heb. *lamád* 'estudar, aprender', e uma abreviatura de *Talmud Torá* (estudo da Torá)]: é um dos livros básicos da religião judaica, contém a lei oral, a doutrina, a moral e as tradições dos judeus. Surgido da necessidade de complementar a Torá, foi editado em aramaico como um extenso comentário sobre seções da Mixná, reunindo textos do século III até o século V. (Cf.: Novo Dicionário Aurélio Século XXI, 2002).

Quando o filósofo Santo Agostinho (354-430 d.C.), um dos pais dos princípios eclesiásicos da autoridade cristã, afirma que “A mulher não foi feita à imagem de Deus” (*Mulier non facta est ad imaginem Dei*), introduz um novo estatuto para a representação da mulher, determinante para a domesticação dos costumes medievais e a difusão da misoginia medieval. Na maioria dos textos medievais que versam sobre demonologia, a vítima do diabo, por excelência, é a mulher, cujo fundamento encontra-se nas crenças da Antiguidade (Velho Testamento) que são também largamente difundidas na Idade Média pelos valores morais incorporados pelo cristianismo. (NOGUEIRA, 2000, p. 42)

Nessa mesma época em que o cristianismo se firmava pela cólera e o radicalismo no combate às heresias que desafiavam sua doutrina, Hipátia, mulher pioneira nos estudos científicos e que contribuiu para o desenvolvimento da matemática, foi assassinada por se negar à conversão. Em nome dos costumes, os monges de Cirilo assassinaram-na sem escrúpulo. Cirilo não suportou a sabedoria de Hipátia, capaz de pôr em dúvida as doutrinas cristãs ao exercer, com modéstia, o método científico. Em *Vida de Isidoro*, Damásco relata que “Cirilo se corroia a tal ponto que tramou o assassinato dessa mulher de maneira que acontecesse o mais cedo possível”. (BÁEZ, 2006, p. 109)

Embora pouco conhecida na história, Hipátia foi a primeira mulher assassinada por ser uma pesquisadora da ciência. Era a filha mais bonita de Teão, bibliotecário em Alexandria, que havia escrito tratados de geometria e música. Seu pai era um erudito reconhecido, mas ela o superou em tudo e chegou a possuir o domínio total da astronomia e matemática de seu tempo. Escreveu textos densos e foi autora das seguintes obras: *Comentário sobre a aritmética de Diofanto*; *Comentário sobre as Crônicas de Apolônio* e uma edição de um escrito em que seu pai divulgou o *Almagesto* de Ptolomeu. Lamentavelmente não restou absolutamente nada, porque seus escritos foram destruídos. Na primavera de 415 d.C., uma multidão de monges devotos, liderados por um tal de Pedro, seguidor do venerável Cirilo, bispo de Alexandria, sequestrou-a. Hipátia se defendeu e gritou, mas ninguém ousou ajudá-la. O terror se impôs e, dessa forma, os monges puderam levá-la até a igreja de Cesário. Ali, à vista de todos, golpearam-na brutalmente com telhas. Arrancaram-lhe os olhos e a língua. Quando já estava morta, levaram o corpo para um lugar chamado Cinaro e o despedaçaram, arrancaram os órgãos e os ossos e finalmente queimaram os restos. A intenção final não era outra senão a aniquilação sumária de tudo quanto Hipátia significava como mulher.

Durante o escravismo mercantil praticado no Império Romano, relações socioeconômicas projetam relações socioculturais que refletem encantamento com descobertas tecnológicas e ampliam horizontes, mas também contaminam espíritos cobiçosos de riqueza e

expansão. Nesse contexto de disputa política, cultural e religiosa pelo controle ideológico sobre as massas incautas, os valores dominantes são heranças do legado patriarcal judaico-cristão: misoginia popular, democracia masculina (entre pares), submissão da mulher e desprezo pelos poetas e artistas (ímpares).

O homem projeta seus temores e angústias na representação da ordem divina. Cria as suas representações com base em seu universo linguístico-cultural, conformando-se à axiologia de seu tempo. O livre-arbítrio permitiria encarar os desafios de sua inserção na história. No episódio da “Queda” de Adão e Eva, o ato de escolha foi determinante: a expulsão sumária do Paraíso. É preciso rever criticamente representação e significado do papel feminino, conferidos (desde a concepção original) pela voz masculina. Paradoxalmente, ao modelar a imagem da criação divina, o homem patriarcal afasta-se do projeto igualitário de Deus; concebe, de forma discutível, noções de hierarquia e subordinação atribuídas aos papéis axiais de homem e mulher. Por exemplo, o princípio de igualdade da primeira menção sacerdotal (Gênesis 1: 27) que confirmava a criação simultânea dos sexos não prevaleceu sobre o estatuto cronológico primordial de Adão sobre Eva:

Muitos historiadores relacionam Eva com a deusa hitita Heba, filha do deus da tempestade, que cavalgava nua um leão. No Gênesis, não há referência à primeira mulher de Adão – Lilith –, mencionada em lendas judaicas posteriores e lembrada pelo profeta Isaías; a perversa e sedutora Lilith seria uma versão hebraica de Lilitu, espírito maligno babilônico. (SCLIAR, 1994, p. 18)

Há que se destacar outro detalhe frequentemente omitido: Lilith era a lua negra? A tensão se prolonga, conforme ilustra o relato da origem javista da criação, pois Deus criou, primeiramente, o homem a partir do barro (Adão quer dizer, em hebraico, *adamá* = terra). Já a mulher surge depois, modelada a partir de uma “costela” deste que fora feito do barro, ou seja, não é um todo, mas uma parte deste todo; e como um complemento secundário, adjutório e derivacional, tem a função de preencher a existência solitária do homem primevo.

E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou em seus narizes o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente. [...] E disse o Senhor Deus: – Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma adjutora que esteja como diante dele. Havendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todo animal do campo e toda a ave dos céus, os trouxe a Adão, para este ver como lhes chamaria; e tudo o que Adão chamou a toda a alma vivente, isso foi o seu nome. E Adão pôs os nomes a todo o gado, e às aves dos céus, e a todo o animal do campo; mas para o homem não se achava adjutora que estivesse

como diante dele. Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas e cerrou a carne em seu lugar. E da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher; e trouxe-a a Adão. E disse Adão: – Esta é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne; esta será chamada varoa (‘vir-ago’), porquanto do varão foi tomada. (GÊNESIS 2: 7, 18-23) [grifos meus]

De acordo com essa tradição, Adão não é o ser primordial somente em relação ao tempo, mas também precede Eva ontologicamente. Tal cisão primeva atesta a instância fundadora de uma lógica falocêntrica que dominará todo o pensamento misógino ocidental. Concepção interpretativa perturbadora, se pensarmos que a apropriação desse relato implicou em um conjunto de relações sígnicas preconceituosas, de justificações depreciativas do papel da mulher, culminando com a brutalidade do período inquisitorial conhecido como “caça às bruxas” (milhares de mulheres foram duramente reprimidas e queimadas ainda vivas, após serem submetidas aos preceitos do *Malleus Maleficarum*, manual escrito pelos inquisidores Heinrich Kramer e Fames Sprenger, em 1484); o manual continha uma prescrição incisiva: “a bruxaria nasce do desejo carnal que na mulher é insaciável”. As mulheres acusadas de bruxas eram ainda responsáveis por todos os casos de impotência, falsa gravidez, onanismo, sodomia *et caterva*. O resultado desse construto ideológico é que aproximadamente 180 mil pessoas foram queimadas nas fogueiras europeias, entre 1400 e 1500 d.C.

Ao longo dos séculos, as representações da mulher nas passagens do *Gênesis* moldaram boa parte do discurso político-religioso sobre o caráter e a compleição das mulheres (da idade média até meados do século XX), confirmando seu papel de mera coadjuvante e personagem secundária na história, porque, nesta interpretação dísparsa, a mulher veio ao mundo depois do homem, na forma de um adjutório retirado de sua costela. Dessa disparidade primordial deriva boa parte da misógina pós-queda do paraíso: “a Queda é uma mera consumação ou conclusão lógica do que está implícito na criação, primeiro Adão e depois Eva. Pois a mulher da versão jeovista, concebida desde o começo como secundária, derivada, subsequente e complementar, assume o fardo de tudo aquilo que é inferior, depreciado, escandaloso e perverso, durante a articulação fundadora dos sexos nos primeiros séculos do cristianismo”. (BLOCH, 1995, p. 34) No período obscuro medieval, a mulher foi amaldiçoada por ter comido o fruto proibido, transformando-se em anátema do Éden: “À mulher, Deus disse: – Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dor; teus desejos te impelirão ao teu marido e ele te dominará”. (Gênesis 3: 16)

Mulheres, estrangeiros e escravos: testemunhos e mágoas

No mundo grego, a riqueza de alguns homens livres, tornados empreendedores pelas façanhas individuais, era garantida à custa da escravidão da grande maioria da população. A democracia ateniense era de participação restrita e os direitos políticos eram exercidos apenas pelos cidadãos. Os estrangeiros, as mulheres e os escravos não possuíam cidadania e estavam proibidos pelas leis atenienses de participar do regime democrático.

De acordo com um mestre da eloquência grega, Isócrates, o termo “grego” assumiu, no auge do helenismo, uma dimensão mais abrangente; não se referia apenas a um povo ou uma determinada civilização, mas designava uma mentalidade, uma cultura e uma civilização. Desse modo, era “heleno” todo aquele que possuía uma educação e uma cultura gregas: “a nossa cidade se distanciou dos outros homens, no que toca ao pensamento e à palavra, que os seus alunos se tornaram mestres dos outros, e o nome dos gregos já não parece ser usado para designar uma raça, mas uma mentalidade, e chamam-se helenos mais os que participam na nossa cultura do que os que ascendem a uma origem comum”. (ISÓCRATES. Panegírico [Fragmento]. *Apud FREITAS, 1977, p. 78*) Quem fosse contra o regime democrático grego ou suspeito de conspiração era exilado de Atenas por dez anos, segundo uma medida de repressão preventiva criada por Clístenes (“ostracismo”).

A escravidão tanto na Grécia como em Roma garantiu a prosperidade econômica dos ricos comerciantes, armadores, militares e industriais, aliada a uma agressiva política imperialista que buscava ampliar o império marítimo (talassocracias) e estender a supremacia territorial. Segundo Ribeiro, “A minoria rica torna-se, assim, cada vez mais poderosa, e as massas subalternas, livres ou escravas, cada vez mais miseráveis, agravando as tensões sociais até limites extremos. Legaliza-se o direito de o cidadão vender-se a si próprio e aos filhos, o que vem a ocorrer com certa frequência nos períodos de penúria; generaliza-se a prática de submeter os devedores à servidão temporária e até mesmo a do apresamento de cidadãos da mesma etnia, nas guerras entre cidades, para fazê-los servir como escravos”. (RIBEIRO, 1968, p. 111)

O apogeu da democracia coincide, pois, com o regime de mercantilismo escravista e a expansão imperialista. A universalização dos valores culturais que impulsionavam o espírito de abertura fez da civilização grega o centro cultural do mundo; permitiu que os gregos criassem uma identidade cultural, a partir do contato com outros padrões de cultura. Segundo Arnold Hauser, este florescimento intelectual iniciou-se no final do século VII a.C., quando os gregos tomam conhecimento da própria individualidade e autonomia, quando são defrontados com o

“outro”, na presença do “estrangeiro”, de outros povos e culturas: “com o desenvolvimento do comércio e da sociedade urbana, e com o triunfo da ideia de economia competitiva, o individualismo torna-se proeminente em todos os campos da vida cultural. [...] Com os gregos, vemos pela primeira vez uma ciência que é não apenas racional e liberta de crença religiosa e superstição, mas também livre de todo pensamento que envolva qualquer possível utilidade”. (HAUSER, 2003, p. 72 e 79)

Após este breve panorama social, político e econômico da civilização grega clássica, no qual as revoluções tecnológicas tiveram papel decisivo na geração e disseminação do *ethos* grego, passamos ao estudo do drama feminino na obra de Eurípides, que condena o fato de as mulheres serem reclusas no gineceu. Eurípides apenas tentou revelar a condição humana tal como ela realmente é: comumente perversa e fraca, consumida pelo desequilíbrio emocional, vítima do impulso incontido, escrava das paixões inebriantes, arrebatadoras.

Na sociedade de Atenas, corroída pelo ceticismo, as ações dos deuses andavam desacreditadas e a condição social da mulher era degradante. Eurípides compreendeu essa particularidade de seu tempo, e não poupou críticas por vezes compartilhadas pelo público helênico. Conectado com o espírito de sua época, Eurípides fez com que seus personagens vivessem dramas passionais, próprios da pessoa humana. Desse modo, deu preferência aos dramas de amor e paixão, aliás, tema preferido pelos poetas gregos, desde o rapto de Helena, que originou a guerra de Troia. A figura humana é o centro de suas atenções e tem primazia sobre a dos deuses, porque os homens são dotados de sentimentos e as paixões fazem parte da vida: “Eurípides aproximara-se da vida e embrenhara-se mais profundamente no estudo da alma humana, agitada pelos conflitos de paixões adversas e devastadoras”. (ROCHA PEREIRA, 1968, p. 5)

A tragédia resume a expressão desesperada do homem que luta contra as adversidades, mas não consegue evitar a desgraça e o infortúnio, a exemplo da luta existencial travada por Medeia contra o destino. Coube a Eurípides a paternidade dessa vultuosa criação literária que fez de *Medeia* um drama de amor e paixão; só a vingança pode satisfazer a cólera desta mulher revoltada por ter amado cegamente o ambicioso Jasão, ingratidão que a sufocou até se tornar “um pote até aqui de mágoa”. Nessa obra, a vingança da mulher injustiçada produz o efeito purificador da catarse, cuja situação dramática de extrema intensidade e violência traz à tona sentimentos de terror e piedade dos espectadores, proporcionando-lhes o alívio desses sentimentos: “A vingança deverá satisfazer sua cólera. Nesse sentido, a mulher assume dimensão heróica, aproximando-se dos grandes heróis que, feridos na honra, alimentam a vingança, pois não suportam a vergonha e o riso dos outros.” (EURÍPIDES, 1991, p. 12)

A evolução do estado psicológico passional da protagonista é o centro do drama, contaminado pelo ódio desde o início: “tudo lhe é odioso, e aborrece-a o que mais ama”, com suas alternâncias de atitudes, ora de amor materno, ora de fúria desesperada (a *hybris* é uma manifestação emocional desmedida do orgulho ou arrogância do herói, e responsável por sua queda) ora de calculada submissão. Medeia é uma mulher injustiçada dominada pela paixão, em busca de soluções para sua existência trágica e agonizante: “O crime de Medeia é o culminar de um processo que se vai desenvolvendo com implacável violência desde o princípio do drama, diluído em amargos monólogos em que se dilacera a sua alma, presa entre a sede de revindita (vingança duma vingança/desafronta) e o amor maternal”. (ROCHA PEREIRA, 1968, p. 6-7)

Inconformada, e deveras indignada, Medeia clama por justiça e planeja virtualmente sua vingança, obtendo a solidariedade do coro de mulheres, cúmplices na miséria comum, que ouvem a exposição de sua condição de mulher desgraçada socialmente, traída pelo marido, somado ao agravante de ser uma mulher estrangeira, expatriada e fugitiva:

De todos os que têm vida e têm noção,
nós, mulheres, somos o ser mais infeliz:
primeiro é preciso com excessivo dinheiro
comprar marido e aceitá-lo como senhor
seu, esse mal inda dói mais que o mal. [...]
Ao chegar à sua nova morada e condições,
sem vir instruída de casa, deve adivinhar
qual o melhor convívio com o seu consorte.
Quando nos saímos bem destas fadigas,
e o marido convive sob o jogo sem violência
a vida é invejável; senão, a morte é melhor.
O homem, aborrecido com os de casa,
vai fora e afasta o coração do tédio
divertindo-se com amigo ou companheiro
mas nosso fado é fitar uma só alma.
Dizem que vivemos sem perigo a vida
doméstica, mas eles guerreiam com lança,
não compreendem que eu preferiria lutar
com escudo três vezes a parir uma vez. (EURÍPIDES, 1991, p. 43-44)

Nesse ponto, Medeia desmistifica o casamento, apontando o malefício na vida social feminina, na medida em que seu sucesso depende do acaso ou da vontade política dos homens. Ou seja, neste contexto governado pelos valores varonis da “revolução tecnológica do ferro”, na qual a mulher desempenha papel adjutório semelhante ao do escravo, instrumento a serviço da procriação e da família, o casamento era um forçoso meio de garantir um pouco mais de inclusão no *modus vivendi* da sociedade grega.

Afinal, na democracia ateniense a participação era restrita e os direitos políticos eram exercidos apenas pelos cidadãos varões. Os estrangeiros, as mulheres e os escravos não possuíam cidadania e estavam proibidos pelas leis atenienses de participar do regime democrático. O discurso de Medeia visava denunciar a condição humilhante das mulheres na Grécia, repelia a misoginia popular e ousava mostrar no palco como elas eram exploradas, excluídas da vida pública da Pólis, confinadas à casa e aos humores do consorte.

A condição de submissão e a exclusão da mulher da arena pública foram dogmas mantidos sob silêncio durante todo o período da “revolução metalúrgica”. O *ethos* grego refere-se unicamente ao universo de discurso do homem; vozes femininas não tinham direito à discórdia, fato compartilhado por outras culturas desse período, especialmente a tradição judaica patriarcal, prolongando-se por toda a Idade Média, quando a mulher foi demonizada pela tradição católica cristã. Em parte pela difusão de conceitos misóginos, cultivados desde a gênese do pecado original e a “queda do paraíso”, que atribuiu à mulher a maldição do parto, até a cremação de mulheres vivas em fogueiras públicas financiadas pela Inquisição.

Entre outros valores da peça de Eurípides, o avassalador ressentimento amoroso da heroína é o que mais nos atrai. Medeia fere todas as leis familiares e comete crimes para acompanhar Jasão e este, quando poderia desfrutar um convívio sereno, a abandona em troca do casamento vantajoso com a filha do rei Creonte. A fúria vingativa e a mágoa intratável de Medeia se fixam, então, no gesto mais terrível e ao mesmo tempo mais grandioso da decepção sentimental: depois de sacrificar a princesa e Creonte, ela extirpa o amor que adoecera aniquilando os seus frutos: mata os próprios filhos, uma forma de autodestruição.

Medeia percebe o jogo de Jasão, seu senso prático, imediatista, seu oportunismo individualista, mas seu universo é regido de forma diferente, não é o do pragmatismo, é o da paixão. E, com paixão, Medeia irá se desfazer daqueles a quem mais ama, para expurgar os males de sua consciência da paixão, da consciência de sua condição de mulher, de estrangeira, sem direito aos filhos, sem direito ao amor, mas consciente de sua loucura, Medeia não recua. Para a heroína, “o ultraje não deve ficar impune”. Sem dúvida, a grandeza de Eurípides reside neste incondicional apego ao drama existencial feminino: “lançando abertamente o descrédito sobre a apresentação tradicional dos deuses do Olimpo, Eurípides minava o culto das cidades-estados, já que este se projetara na deusa do panteão olímpico. (...) Em seu racionalismo, da mesma forma que em seu feminismo e na denúncia das atrocidades da guerra, Eurípides foi o arauto de uma nova era”. (TOYNBEE, 1975, p. 121)

Linguagem e poder: em busca de igualdade no Éden da ciência

Por que as mulheres quase sempre foram tratadas como objeto residual da história, seja como tema, seja como assunto ou texto, sem direito à voz e ao saber? Afinal, elas representam ameaça ao poder falocêntrico?

Expulsas do Jardim do Éden após a “queda”, na representação do imaginário bíblico, as mulheres foram proibidas de alimentar o espírito com frutos da árvore do conhecimento; assim, os conflitos apenas foram adiados, mas nunca deixaram de existir, estendendo-se para o conjunto das relações sociais, comprometendo o exercício da cidadania plena em diferentes esferas da vida, do trabalho, família, educação, ciência e tecnologia.

A representação sociocultural e simbólica da mulher nos grandes sistemas religiosos (que monopolizaram o acesso à educação e à reprodução de valores plausíveis à lógica de manutenção do poder temporal sacerdotal e eclesiástico) corroborou para obliterar a voz das mulheres, privando-as do acesso ao conhecimento; fazendo-as desaparecer pouco a pouco até se tornarem objetos residuais da história. Tal fenômeno também é notório na produção intelectual e científica atual, onde ainda ocupam papel adjutório enquanto subproduto, alvo, objeto ou aposta do discurso masculino-patriarcal e hegemônico. Presume-se que a manutenção deste discurso técnico-científico-racional (apelo à objetividade, negação da subjetividade e ausência de paixões) contribui para mantê-las ainda mais distantes do acesso ao conhecimento e à informação (reduzidas à categoria de “assunto” sobre o qual se versa; sobre a qual apenas se fala, e não enquanto “sujeito”): tais classificações estereotipadas servem à manutenção das relações de poder em benefício dos agentes produtores de ciência, esmaecendo ainda mais a sua influência, turvando a possibilidade de construirmos a igualdade de gêneros neste século XXI.

As relações simbólicas funcionam como articulações das relações de classe e como tal são instrumentos de poder e dominação. Tais relações e cristalizações se fizeram sólidas na sociedade, mas novas representações da mulher se fazem e se farão. O sentido que conferimos ao misterioso poder reservado à sedução e ao feminino ao longo dos séculos teve a sua origem fundada em equívocos construídos pela tradição javista-cristã, passando pela misoginia medieval para tão-somente no final do século XX, tardiamente, portanto, ser reformulado em termos de igualdade de gêneros.

Muito do que já se disse antes sobre o feminino precisa ser expresso em outros termos, pois não existem “problemas” separados, nem há caminhos verdadeiramente opostos; tampouco há “soluções” que sejam apenas parciais, nem progressos por acumulação e nem opções sem retorno.

Linguagem e Poder são duas faces constitutivas dessa mesma hegemonia androcêntrica que se perpetuou ao longo dos séculos por intermédio de vozes masculinas incontestes na tradição das culturas judaica e cristã. Contudo, a supremacia masculina conservou-se muito mais pela manutenção das *formas de organização social*, que encontraram respaldo e legitimidade, atestados pela solidez da linguagem, no interior da qual foi igualmente prescrito o lugar da mulher na história. Circunscrito à revelia e fora do reino da história (privadas do fazer e do saber), esse papel axiológico petrificado da mulher perpetuou as desigualdades de gênero, por meio de privilégios e relações desiguais, por definições e classificações estereotipadas do que é ser mulher e do que é ser homem; tais representações foram comumente manipuladas por quem monopolizou com exclusividade o acesso aos estudos, à linguagem e à produção de conhecimentos.

Considerações finais

*Sobre teu corpo, que há dez anos
se vem transfundindo em cravos
de rubra cor espanhola,
aqui estou para depositar
vergonha e lágrimas.*

[Carlos Drummond de Andrade, 1983, p. 93-94]

É controverso o tratamento concedido à mulher pelas vozes masculinas no discurso rabínico tradicional tanto quanto na literatura misóginia medieval, desde a patrística cristã e na cultura helênica. O propósito aqui foi apontar o deslocamento axiológico da mulher na história, pressuposto ideológico para manter afastada a voz feminina com a atribuição de papéis sociais e sexuais (ora misóginos ora encomiásticos) sob o controle do discurso dominante (masculino).³ Ora, nesse discurso androcêntrico, a mulher aparece como subproduto do homem e toda vez que se pensa o papel da mulher sob um viés diferente é preciso solicitar uma produção de discursos e saberes tanto mais pertinentes conforme a perplexidade causada pelo deslocamento produzido pelo discurso patriarcal. Talvez por isso seja tão difícil definir o *topoi* axiológico da mulher nos dias de hoje. “Não existe uma única definição do papel da mulher que possa ser extrapolado das fontes. Ao contrário, encontramos ao mesmo tempo igualdade e hierarquia, respeito e superioridade, admiração e receio, obediência e insubordinação, ação e passividade,

³ “A cultura deve a sua existência às condições sociais da qual ela é o produto, e sua inteligibilidade à coerência e às funções de estrutura de relações significantes que a constituem”. (BOURDIER, *apud* MICELE, 1974).

compaixão e insensibilidade. [...] Falta um critério unívoco para definir o lugar dado à mulher no judaísmo". (TOPEL, 2001, p. 2-3)

Como explicar a falta de definição do status ou do lugar axiológico da mulher perpetuado por tantos séculos, senão admitindo que as tentativas históricas ao longo do tempo, desde a criação, trabalharam unicamente para eliminar da história o sujeito — a mulher? A verdadeira causa histórica desta injustiça social consistiu no exercício opressivo do poder patriarcal judaico-cristão que, tratando a mulher como o alvo, o objeto ou a apostila de seu discurso masculino, não permitiu que ela participasse, nem falasse e nem fosse consultada a respeito. Tratando-a como “um texto” e fazendo da mulher um tema ou assunto do qual se pudesse extrair uma essência, excluíram-na, enquanto essência, do palco histórico do mundo.

É preciso desvencilhar-se desta armadilha essencialista(lizante) de pensar e falar sobre as mulheres, retirando-lhes a própria voz em nome de um objeto de discurso qualquer. As vozes falantes, ou seja, as manifestações da fala determinam o entendimento em torno de um assunto e inscrevem-no em seu código linguístico-cultural, o qual norteia a visão de mundo de seus partícipes. A voz da mulher nem sempre foi atualizada para que, na qualidade de ação, fosse marcada pela história, no entanto, essas ações com marcas na história é que conferem inserção e participação dos sujeitos como seres de cultura, e como seres de cultura os falantes são necessariamente seres de história. A inscrição do sujeito (homem ou mulher) ocorre no discurso do “Outro”, não sendo, pois, rigidamente fixada: passa por significativas modificações ao longo da história, de acordo com as tensões dialéticas em questão.

Que as mulheres ocupem o lugar da inocência ou do pecado, da castração ou da onipotência, da sexualidade desenfreada e ameaçadora ou de uma vocação ‘natural’ ao pudor e à castidade (conforme a proposta de Rousseau para a educação das moças), depende, em última instância, das ‘práticas falantes’, que por sua vez correspondem a tentativas de responder a deslocamentos ocorridos na sociedade ao longo do tempo — os quais, estes sim, escapam ao controle das vontades dos sujeitos. (KEHL, 1998, p. 29)

Com os avanços em direção à sociedade do conhecimento e a ruptura do silêncio no ambiente acadêmico em relação às imagens distorcidas e aos estereótipos que pesam sobre o feminino, abre-se espaço para o nascimento de um campo específico de pesquisa: “mulher e ciência”. Conforme sublinhou Alicia Ostriker, *Ruach* (alma) é uma mulher; *Hokhmah* (sabedoria) é uma mulher; *Rachmanes* (compaixão) deriva do ventre de uma mulher; o *Shabat* é uma noiva; *Shehina* é filha, noiva, mãe, lua, mar, fé, sabedoria e discurso. Pois, é *na e pela* linguagem, o local de interpretação, o local de diálogo, interrogação, comentário, riso, local da

desobediência sagrada, de teimosia persistente, luta e demanda de benção — pois é aqui, no lugar da metáfora, que a Mulher aguarda ser reconhecida como igual. (BUCHMANN & SPIEGEL, 1995, p. 64-5) Equivale admitir que merece, pois, maior espaço e reconhecimento no Éden da ciência, do que até então lhe foi logrado desfrutar por força de muita luta e conquistas.

Referências

- ANDRADE, C. D. de. “A Federico Garcia Lorca”. *Antologia poética*. 16^a ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983, p. 93-94.
- ASHERI, M. *O judaísmo vivo*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987.
- BÁEZ, F. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Geográfica, 1999.
- BLOCH, R. H. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- BORGES, M. de L. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 672-74, set.-dez. 2005.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 5^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. O mercado de bens simbólicos. In: MICELE, S. (Org.) *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BOYARIN, D. *Israel carnal*: lendo o sexo na cultura talmúdica. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- BUCHMANN, C. & SPIEGEL, C. (Orgs.) *Fora do jardim*: mulheres escrevem sobre a Bíblia. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- CAMPOS, H. de. *Bre'shith*: a cena de origem. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente. 1300-1800*: uma cidade sitiada. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- EURÍPIDES. *Medeia*. Trad. Jaa Torrano. São Paulo: Hucitec, 1991.
- FROMM, E. *O espírito da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- FUNDAÇÃO FRITZ PINKUSS. *O Shabat*. São Paulo: Congregação Israelita Paulista, 1961.
- GUINSBURG, J. *O judeu e a modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- HAUSER, A. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino*: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

- MALOGOLOWKIN, M. (Org.) *Shabát: a consagração do repouso - a crença no Deus único, criador do universo*. Rio de Janeiro: Exodus, 1998.
- NOGUEIRA, C. R. F. *O diabo no imaginário cristão*. São Paulo: Edusc, 2000.
- OSTRIKER, A. O pai aleitador. In: BUCHMANN, C. & SPIEGEL, C. (Orgs.) *Fora do jardim: mulheres escrevem sobre a Bíblia*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 64-5.
- RIBEIRO, D. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- ROCHA PEREIRA, M. H. da. Prefácio. Eurípides: *Medeia*. Coimbra: Atlântida, 1968.
- SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.
- SCHMITT-PANTEL, P. “A criação da mulher”: um ardil para a história das mulheres? In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Orgs.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003, p. 129-156.
- SCLiar, M. *Judaísmo: dispersão e unidade*. São Paulo: Ática, 1994.
- SZPICZKOWSKI, A. *Educação e Talmud: uma releitura da Ética dos Pais*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002.
- TABAK, F. *O laboratório de Pandora*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- TOPEL, M. F. Feminismo e feminilidade: algumas interpretações sobre o papel da mulher judia ortodoxa. In: *Anais Eletrônicos Seminário Internacional de História das Religiões*. Recife: Associação Brasileira, 2001.
- TOYNBEE, A. J. *Helenismo: história de uma civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- VERUCCI, F. *O direito da mulher em mutação*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1999.
- YERUSHALMI, Y. *Zakhor: história judaica e memória judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.